



O QUE É FILOSOFIA?

WHAT IS PHILOSOPHY?

Monroe C. Beardsley
Elizabeth L. Beardsley

Dr. Andrei Venturini Martins (Tradutor)

Doutor em Filosofia pela PUC-SP
Professor Adjunto do IFSP & Professor Colaborador do MAF/UVA
andrei.martins@ifsp.edu.br

O estudo da filosofia é diferente do estudo de qualquer outro tema.

Datas, fórmulas ou regras não necessitam ser memorizadas. Não requer trabalho de campo nem equipamento técnico. O único prerequisite é uma mente investigativa.

O que os filósofos investigam? A palavra *filosofia* é de origem grega e literalmente significa “amor à sabedoria”. Mas que tipo de sabedoria os filósofos amam?

A resposta está delineada em nosso primeiro texto selecionado. Seus autores são Elizabeth Lane Beardsley (1914-1990), que lecionou na Lincoln University e depois na Temple University, e seu marido, Monroe C. Beardsley (1915-1985), que lecionou no Swarthmore College e também na Temple University.

Enquanto o melhor modo de entender a natureza da investigação filosófica seja considerar alguma questão filosófica específica, uma visão geral do assunto é útil, e isto é o que os Beardsleys oferecem.

Steven M. CAHN

Questões filosóficas brotam de um tipo de pensamento que é familiar a todos nós: aquele que temos depois que nos perguntamos se algo em que acreditamos é razoável de acreditar. “Razoável” tem um amplo, mas definido, significado neste caso: uma crença razoável é simplesmente uma crença para a qual uma boa razão pode ser dada. Crenças razoáveis são logicamente justificáveis. Parece que uma crença que é razoável tem mais chance de ser verdadeira do que uma que não é, por isso, qualquer um que esteja interessado na verdade de suas crenças deveria estar preocupado com sua razoabilidade.

Todos nós sabemos, muito antes de abordarmos o estudo sistemático da filosofia, o que é querer tornar uma crença razoável, e também o que é não se importar se a crença é razoável ou não. Todos nós já tivemos a experiência de aceitar crenças sem nos preocuparmos com sua justificativa lógica, pois todos nós já fomos crianças. Absorvíamos as crenças de nossos pais ou as opiniões correntes de nossa sociedade ou cultura, sem pensar muito sobre elas ou olhá-las com um olhar crítico. Podemos nem mesmo estar completamente cientes que as tínhamos; podemos ter agido de acordo com elas sem nunca tê-las colocado em palavras. Enquanto nossa própria experiência não parecia entrar em conflito com aquelas crenças iniciais, ou aquelas crenças não pareciam entrar em conflito entre elas mesmas, não nos ocorreu de questioná-las ou inquirir sobre as razões que poderiam ser dadas para elas.

Mas um desenvolvimento individual não pode crescer por muito tempo sem às vezes se perguntar se suas mais estimadas crenças têm algum fundamento. Essa experiência também remonta à infância. Quando, por exemplo, uma criança percebe que o Papai Noel na esquina da rua é tão alto quanto seu pai, enquanto outro, em uma loja, é muito mais alto, e passa a fazer questões sobre a estatura e a localização do Papai Noel, a criança está olhando criticamente para uma crença e investigando suas razões.

À medida que saímos da infância, continuamos a ter experiências deste tipo e adquirir mais crenças. Continuamos a aceitar algumas crenças sem investigar a razoabilidade delas; questionamos determinadamente outras crenças, algumas delas com muita seriedade. Mas duas coisas acontecem a muitos de nós. Primeiro, as crenças questionadas aumentam proporcionalmente às crenças não questionadas. E segundo, o processo de questionamento, uma vez iniciado, é realizado por um longo tempo antes de se deixar encerrar. A criança para a qual foi dito que o Papai Noel da loja é o “verdadeiro” Papai Noel, enquanto aqueles da rua são simplesmente ajudantes de confiança, pode se satisfazer por um tempo, mas, em um momento posterior, ela provavelmente perguntará para si mesma quais razões há para

acreditar que *isto* seja verdade, especialmente se ela compara observações com seu primo de outra cidade, a quem foi oferecido um candidato diferente de “verdadeiro Papai Noel”. O estudante de escola secundária, a quem foi dito que deveria aceitar que seu professor de ciência diz porque conhece sua matéria, pode se perguntar por que o professor é considerado uma autoridade qualificada neste campo. Se isso for afirmado com segurança satisfatória, o estudante suspenderá seu processo de questionamento naquele momento; mas mais tarde, talvez na universidade, ele pode ser levado a perguntar por que deveria aceitar qualquer coisa dita a nós por “autoridades”, não importa quão bem qualificadas. Não deveríamos confiar inteiramente em nossas primeiras impressões? Alguma outra coisa realmente é *conhecimento*?

A busca de boas razões para nossas crenças, e de boas razões para as razões, pode ser levada tão longe quanto desejamos. Se a leva longe o bastante, o pesquisador vê-se confrontado por questões de um tipo peculiar: as questões da filosofia. Entre essas questões, você encontrará algumas sobre as quais já tinha pensado, bem como outras que serão estranhas para você. Muitas delas, contudo, foram originalmente indagadas porque alguém realizou um exame crítico de suas crenças mais comuns.

Questões filosóficas

Como nosso primeiro exemplo, deixe-nos traçar a origem das poucas questões que nascem dos aspectos morais da vida. Às vezes, as pessoas dizem, “Ele deve ser colocado na cadeia por isso”. Por vezes, esta é somente uma exclamação de raiva por algum exemplo de maldade ou brutalidade; ocasionalmente, isto leva à ação, contudo, há júris que colocam pessoas na cadeia porque (se os jurados são conscientes) acreditam que essa punição é justa. Suponha que você ouve o comentário de um amigo, sobre a recente condenação de alguém que tenha violado a lei – um assaltante, um juiz corrupto, um industrial que conspira para fixar preços, um defensor dos direitos civis que tenha impedido uma construção – que a sentença prisional é merecida. Depois de escutar todos os detalhes relevantes, você pode estar de acordo com ele. Mas mesmo assim, você ainda poderia se perguntar se você está correto, e – não porque você planeja fazer alguma coisa sobre o caso, mas apenas porque gostaria de estar seguro de que você *esteja* correto – você pode começar a fazer mais perguntas, mais pesquisas, questões.

Por que o homem merece ser mandado para a cadeia? Porque ele cometeu um crime, claro. Sim, mas por que ele deveria ser mandado para a cadeia por ter cometido um crime?

Porque desobedecer às leis do Estado é errado. Mas *por quê?* Apenas porque algumas pessoas que você nem sequer conhece, talvez pessoas que morreram anos antes de você ter nascido, aprovaram uma lei contra, digamos, cuspir no metrô ou de má conduta, isso o obriga a obedecer a lei? Essa linha de questionamento, como podemos prever, conduzirá, se levada às últimas conseqüências, a algumas questões perplexas sobre a base moral da lei, o critério de certo e errado e os pressupostos do governo e da sociedade. Por exemplo, podemos descobrir que, aprovando a sentença prisional, estamos assumindo que a existência de um governo é muito importante para sustentar que os governos têm o direito, sob algumas condições, de privar qualquer cidadão de suas liberdades. Essa suposição é uma crença filosófica. E quando perguntamos se é ou não verdadeira, estamos fazendo uma pergunta filosófica.

Mas considere como o questionamento pode pegar uma via diferente. Dado que o ato era ilegal, ainda resta a questão se o homem poderia ser punido. Algumas vezes pessoas cometem erros porque são fracos de espírito ou mentalmente doentes, e nós não as consideramos passíveis de serem punidas. Então, neste caso, pode-se dizer que o homem é responsável por sua ação. Por que responsável? Porque ele era livre quando cometeu a ação – livre para cometer o ato ou abster-se de cometê-lo. Ele tinha, alguns diriam, livre-arbítrio. Na verdade, todos os homens têm livre-arbítrio – embora não o exercitem sempre. Então, qual razão há para acreditar que isto é verdade? Como sabemos que há algo como o livre-arbítrio? Mais uma vez, parece que descobrimos uma crença subjacente que é mais profunda que os problemas imediatos dos advogados e dos jurados, alguma coisa que eles mesmos não discutiram, mas (de acordo com uma teoria) tomam como certo. Alcançamos outra crença que pode ser chamada de filosófica, e que expõe outra questão filosófica: os seres humanos têm livre-arbítrio?

Vejamos o que nessas questões as tornam filosóficas. Uma das primeiras coisas que pode ser observada sobre elas é que são bem *gerais*. Uma questão é mais geral do que outra se ela é sobre uma classe mais ampla de coisas: sobre vacas marrons em vez da vaca marrom Bessie do fazendeiro Jones, ou sobre vacas em vez de vacas marrons, ou sobre animais em vez de vacas. A pergunta sobre tudo que existe seria a mais geral de todas – no devido tempo, estaríamos tentados a responder tal questão. A maioria das questões filosóficas são bem gerais: Todas as ações corretas são aquelas que promovem a felicidade humana? Todo conhecimento é baseado na experiência sensível? Ou – para retomar aquelas questões que surgiram em nosso exemplo – todos os seres humanos têm livre-arbítrio? Todos os cidadãos

devem certas obrigações a seus governos? Aqueles que se especializam em temas diferentes daqueles da filosofia podem se interessar por coisas ou eventos particulares, tal como crimes ou criminosos individuais. Ou podem se interessar por coisas ou eventos de certos tipos circunscritos, tal como as causas psicológicas ou sociológicas do crime. O filósofo entra em ação quando as questões são levantadas sobre as mais amplas categorias, tal como a classe de seres humanos ou do conhecimento. Aqueles que limitam suas investigações estão inteiramente justificados ao fazê-lo, pois o conhecimento humano dificilmente poderia se desenvolver de outro modo. Tribunais nunca terminariam seus trabalhos se todo juiz se sentisse chamado a resolver amplas questões sobre culpa e responsabilidade antes de começar a trabalhar em um caso particular. Mas alguém, em algum momento, deve fazer aquelas amplas questões e tentar respondê-las. Este é o trabalho do filósofo.

Algumas questões são computadas como filosóficas por causa de uma segunda, e ainda mais importante, qualidade: elas são extremamente *fundamentais*. As crenças que uma pessoa em particular tem em um momento específico formam um sistema mais ou menos ordenado, dependendo da extensão em que elas estão logicamente interconectadas, algumas sendo razões de outras, algumas destas, por sua vez, sendo razões de outras ainda, etc. Quando se é pressionado por sua razão quanto à previsão de chuva, se você responde que costuma observar nuvens escuras, então, em seu pensamento, naquele momento a segunda crença é mais fundamental do que a primeira. É claro que uma crença que é mais fundamental no pensamento de uma pessoa pode não ser tão fundamental no pensamento de outra; esta é uma razão pela qual cada pessoa chega à filosofia de forma um pouco diferente de outras. Mas existem algumas crenças certas o bastante para serem fundamentais no pensamento de qualquer um que com elas se ocupam, e são estas que temos na mente quando falamos de crenças fundamentais e questões fundamentais sem mencionar qualquer crente em particular.

Quando uma crença sustenta outra, mas ela mesma não é sustentada por essa outra, ela é logicamente mais fundamental; existe mais do que a outra, para assim dizer e, portanto, pelo menos em princípio, ela é capaz de sustentar uma gama ampla de outras crenças. Desse modo, das duas crenças, a mais fundamental é provavelmente a que põe em evidência e sustenta muitas de suas outras crenças. Se você descobrir que você estava errado sobre um fato particular, provavelmente não teria que revisar muitas de suas outras crenças para acomodar essa mudança. Mas, por exemplo, uma crença sobre a imortalidade da alma pode estar atrelada a muitas outras crenças sobre moralidade, religião, educação e ciência. Uma questão extremamente fundamental é sobre a veracidade de uma crença extremamente

fundamental. E tais questões são filosóficas. Quanto mais geral é uma questão, mais fundamental, provavelmente, ela seja, porque alcançará uma área maior. Mas isso não é necessariamente verdade. Por exemplo, a questão “Todos os homens são egoístas?” e a questão “Todos os homens usam sapatos?” são igualmente gerais, já que são sobre todos os homens; mas não são igualmente fundamentais, já que a primeira tem consequências importantes para as nossas crenças sobre a natureza da obrigação moral (que inclui uma série de crenças sobre obrigações particulares), embora pareça depender pouco da segunda. Por outro lado, a questão filosófica, “Deus existe?” não parece ser a questão mais geral de todas, pois é sobre um ser singular. No entanto, essa questão é fundamental para muitas pessoas, já que muitas outras crenças sobre os seres humanos e o universo físico podem depender de uma resposta a essa questão – e algumas dessas crenças são extremamente gerais.

Não sabemos como estabelecer quaisquer regras dizendo exatamente quão geral ou fundamental uma questão deve ser para ser considerada filosófica. Os próprios filósofos podem não concordar sobre a correta classificação de toda questão em que você possa pensar. Mas se a demanda por boas razões é urgente, começando com qualquer crença, essa demanda gradualmente ultrapassará o escopo de vários campos especiais do conhecimento e da investigação, e em algum ponto trará luz à questão que muitos filósofos – talvez com alegria, e talvez, se a questão é verdadeiramente difícil, com inquietação – se interessariam por e reconheceriam como deles mesmos.

Exame filosófico

Qualquer pensamento que diga respeito à verdade de uma crença filosófica é *pensamento filosófico*. Ele pode assumir a forma de aceitação de uma crença como verdadeira e sua conexão lógica com outras crenças; isto pode ser chamado de *explorar* a crença. Ou pode assumir a forma de questionamento da crença e tentar determinar se ela é baseada em boas razões; isto pode ser chamado de *exame da* crença. Filósofos profissionais são aqueles que fizeram do pensamento filosófico a sua vocação, mas eles não têm o monopólio dessa atividade. Ela é exercida por especialistas em outros campos – por cientistas, historiadores, críticos literários – cada vez que eles investigam as questões fundamentais sobre sua própria disciplina. E é de interesse de todos os seres humanos inteligentes que querem entender a si mesmos e seus mundos. Filósofos profissionais que genuinamente respeitam sua disciplina não levantam avisos de “Não ultrapasse” ao redor das questões filosóficas.

A fim de ilustrar um pouco mais amplamente o que está envolvido no processo de examinar filosoficamente uma crença, tomemos um exemplo da história – vamos começar com a crença de que essa ou aquela cultura florescera centenas de anos antes da era cristã na África Central ou Nigéria. Quando o historiador nos diz isso, acreditamos nele. Mas se temos alguma curiosidade intelectual, podemos perguntar como ele sabe isso. Uma vez que a cultura não tinha linguagem escrita, o historiador não pode basear-se em documentos. E já que as casas de palha e todos os materiais orgânicos que eles uma vez utilizaram em suas vidas (madeiras, camuflagens, roupas) se desintegrou há muito tempo no clima tropical, o historiador africano tem menos recursos para prosseguir do que seus colegas em outras áreas.¹ Os métodos usuais desenvolvidos por arqueólogos estão raramente disponíveis para ele. É difícil encontrar materiais orgânicos sobre os quais se usa o método de datação de carbono-14 (baseado na taxa constante de decomposição desse isótopo nos organismos vivos), embora alguns artefatos tenham sido datados desse modo. Devido à decomposição rápida da madeira morta e às excentricidades do desenvolvimento sazonal, ele não pode usar muita dendrocronologia² (datação pelos círculos das árvores). Mas suponhamos que o historiador responda nosso desafio ao usar outro método, a termoluminescência. Em cerâmicas existem impurezas que irradiam naturalmente, mas essa irradiação fica presa até a cerâmica ser aquecida a uma altíssima temperatura. Quando a taxa de irradiação de uma substância particular é conhecida, é possível determinar há quanto tempo a cerâmica foi cozida por meio da medição da quantidade de irradiação acumulada por ela.

Começemos agora com uma questão feita pelo historiador, “Quando essa cultura floresceu?” e o historiador dá a sua resposta. Mas quando perguntamos a ele por suas razões, ele recorre aos princípios da física; por exemplo, que a taxa de radiação neste tipo de cerâmica é sempre esta ou aquela. Se perguntarmos a ele, “como você sabe isso?”, o historiador nos encaminhará, certamente, ao físico e nos aconselhará a dirigir a nossa questão a ele – que é o especialista em radiação. Suponhamos que façamos isso. Provavelmente, a resposta do físico será algo assim: “Testamos várias amostras em nosso laboratório sob condições controladas e descobrimos que a taxa de radiação é constante”. Agora, “constante” aqui significa que a taxa de radiação não se mantém somente nas últimas semanas nas amostras laboratoriais, mas na mesma substância por milhares de anos, da mesma forma.

¹ Para esse exemplo, e os detalhes dele, somos devedores de Harrison M. Wright, “Tropical Africa: The historians’s Dolemma” *Swarthmore Alumni Magazine* (October, 1963).

² Método de determinação da idade dos troncos das árvores. (N.T).

Nossa curiosidade histórica está satisfeita e, normalmente, também estaria contente em aceitar a conclusão do físico. Mas, por mais irritante que seja, deixe-nos continuar a pressioná-lo implacavelmente com nossa questão. “Como você sabe”, perguntamos ao físico, “que só porque a taxa de radiação foi constante durante toda a última semana, deve ter sido a mesma milhares de anos atrás?”. Inicialmente, ele pode não saber ao certo qual o nosso objetivo. “Bem”, ele pode dizer, na esperança de nos satisfazer, “meus experimentos têm mostrado que a taxa de radiação é independente de várias condições ambientais, tal como umidade, e eu tenho razões para acreditar que as condições *relevantes* eram as mesmas no passado como são agora”. Se somos tão perspicazes quanto obstinadamente persistentes, podemos pontuar algo para ele de volta: “Mas você parece que está assumindo uma proposição geral que toda a vez que uma mesma condição existe, os mesmos efeitos irão ocorrer – ‘Mesmas causas, mesmos efeitos’, ou algo semelhante”.

Admitido que esse princípio geral se mantenha verdadeiro, a lei particular do físico sobre a taxa de radiação pode ser justificada, mas mais uma vez podemos perguntar, “Como sabemos que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos? Como sabemos que um evento tem certas condições causais *relevantes* e que sempre que essas condições ocorrerem, os efeitos devem também ocorrer?” Agora, também deixamos o físico para trás, e atravessamos o território misterioso da filosofia. Por termos feito uma questão tão geral – desde que seja sobre todos os eventos, sem exceção, incluindo todas as coisas que aconteceram e irão acontecer. E parece ser uma questão tão fundamental, pois a suposição de que todo evento tem uma causa, se ela é verdadeira, deve sustentar um número enorme de outras crenças, não só na história e na física, mas nos assuntos comuns da vida cotidiana.

De fato, neste ponto, parece que deixamos todos para trás, exceto o filósofo. E esta é uma das peculiaridades deste assunto. Quando Harry Truman era presidente, ele tinha uma placa sobre sua mesa de trabalho que dizia, “A responsabilidade para aqui”.³ Os filósofos fazem o seu trabalho intelectual sob um sinal semelhante, porque não há ninguém para quem ele possa passar uma questão com o apelo de que é muito geral ou fundamental para lidar. O filósofo – e com ele qualquer pessoa que esteja pensando filosoficamente – fica no fim da linha.

³ Truman queria dizer que tinha consciência que ele era o responsável último pelas ações de seu governo. Portanto, qualquer decisão tomada dentro de seu gabinete seria de responsabilidade dele. (N.T).

Aqui estão mais duas amostras de pensamentos que começam com uma crença não filosófica, mas, aos poucos, conduzem diretamente à filosofia. Apresentaremos tais amostras em forma de diálogos.

Diálogo I

A: Você deveria ter escrito para seus pais no último domingo.

B: Por quê?

A: Porque você prometeu que escreveria todo domingo.

B: Eu sei que prometi, mas eu tenho estado muito ocupado. Por que era tão importante manter a minha promessa?

A: Não só *esta* promessa – *qualquer* promessa. É sempre errado quebrar uma promessa.

B: Bem, eu pensava assim, mas agora não tenho certeza. O que faz você pensar que é sempre errado quebrar promessas?

A: Minha razão é simplesmente que a maioria das pessoas em nossa sociedade não aprova isso. Você sabe muito bem que elas desaprovam.

B: Claro, eu sei que a maioria das pessoas em nossa sociedade desaprova a quebra de promessas, mas isso prova que é realmente errado fazer isso? A opinião da maioria em nossa sociedade poderia estar errada, não pode? Eu não sei por que deveria ser tomado como certo o que a maioria dos americanos *pensa* que é errado e o que realmente é errado deva sempre coincidir. Qual é a conexão entre as duas?

Diálogo II

A: Em meu artigo para a área de ciência política, precisei definir “democracia”. “Democracia” significa “governo por meio da coletividade popular”.

B: O que fez você escolher essa definição?

A: Procurei a palavra no dicionário, claro.

B: Como você sabe que seu dicionário está certo? Meu dicionário não dá sempre as mesmas definições que o seu.

A: Oh, mas o meu dicionário é maior e mais recente, então, certamente é mais confiável.

B: Sim, mas a linguagem muda constantemente, e palavras como “democracia” são usadas de vários modos diferentes. Penso que alguém não deveria ficar preso em qualquer definição de dicionário. Todo escritor deveria ficar livre para definir qualquer palavra como quiser.

A: Mas isso seria caótico. E, sendo assim, você nem mesmo teria as definições de todas as palavras.

B: Por que você não teria definições? Não existe tal coisa como o “único e verdadeiro significado” de uma palavra, existe? Palavras significam o que as pessoas as fazem significar, então por que eu não deveria selecionar meus próprios significados e defini-los de acordo com as minhas próprias palavras?

Tópicos muito diferentes são discutidos nessas breves conversas, mas eles seguem um padrão muito parecido. Em cada caso, o interlocutor A faz uma declaração de abertura de uma forma bem específica, o interlocutor B indaga para que A dê uma boa razão para a sua afirmação inicial, e A fornece o que, na sincera opinião ordinária do senso comum, seria considerado como uma razão satisfatória. Muitas conversas terminariam nesse estágio; mas B está disposto a sondar mais profundamente, a descobrir as suposições subjacentes às razões de A e indagar se essas suposições mais básicas, por sua vez, são razoáveis. Note como as crenças, ao serem questionadas, se tornam mais gerais e mais fundamentais conforme o questionamento continua. Em cada um dos pequenos diálogos, B leva A à beira da filosofia. No fim de cada um, B levanta a questão sobre a verdade da crença filosófica – e lá o problema é deixado, por enquanto.

Mas você pode não se contentar em deixar assim. Se você sente alguma frustração ou impaciência com o modo como A e B estão arguindo, então você está prestes a elaborar algum pensamento filosófico próprio. Você não gostaria de fazer para B algumas questões difíceis – por exemplo, sobre o modo como ele usa algumas de suas palavras-chave? Isso tudo seria muito mais claro, você pode ter dito para si mesmo enquanto estava lendo o *Diálogo I*, se pelo menos tivéssemos certeza do que a palavra “errado” significa aqui. Talvez signifique simplesmente “desaprovado pela maioria das pessoas em uma mesma sociedade”. Neste caso, o que acontece com a questão final de B? Ele não ficaria confuso? Mas “errado” significa só isso? E reflita sobre o termo “livre-arbítrio”, que foi usado em um dos outros exemplos de pensamento filosófico discutido acima. Como podemos decidir se é razoável

acreditar que os seres humanos têm essa coisa misteriosa sem dizer precisamente o que ela seja?

Se você tem pensado por si mesmo ao longo dessas linhas, ou (mesmo que não tenha) se agora pode perceber o sentido em levantar estas questões sobre o significado de palavras-chave, você será capaz de simpatizar com uma boa parte do que os filósofos contemporâneos têm feito. Filósofos de todos os períodos têm se preocupado em analisar o significado de termos filosóficos básicos, mas essa tarefa recebeu mais atenção dos filósofos do vigésimo século – ou de muitos deles, pelo menos – do que antes. Por “palavras-chave” em filosofia, queremos dizer simplesmente aquelas palavras que são utilizadas em declarações de crenças que são muito gerais e fundamentais, e em questões sobre essas crenças. A questão sobre o significado de uma determinada palavra, como a pergunta “O que significa ‘causa?’” é em si mesma fundamental, já que a noção de causalidade desempenha um papel persuasivo em nosso pensamento, e precisamos ter clareza sobre ela. E podemos ver como é que as questões sobre o significado de termos particulares têm levado filósofos naturalmente a questões ainda mais fundamentais sobre seus próprios significados, bem como a outras características básicas da linguagem. Esse novo estágio de interesse na linguagem é apresentada no *Diálogo* II, em que o personagem B não se contenta em aceitar as observações de A sobre a definição da palavra “democracia” sem questionar a sua suposição sobre o próprio processo de definição. Aqui B revela uma convicção (da qual todos nós podemos compartilhar) que todos nós deveríamos estar tão esclarecidos quanto possível sobre as palavras com as quais expressamos nossas crenças.

Aumentar a clareza em suas próprias crenças é, assim, um dos três principais benefícios que podemos obter de um estudo da filosofia – se, como esperamos, você não está satisfeito em apenas aprender sobre as teorias e argumentos dos grandes filósofos (por mais interessante e valioso que isso seja), mas fará deste estudo um exercício ativo no pensamento filosófico.

O segundo benefício, parcialmente dependente do primeiro, é ter mais segurança de que suas crenças são razoáveis. A crença cuja razão foi examinada profundamente o bastante para alcançar o nível de questionamento filosófico repousa sobre um fundamento mais sólido do que uma que foi pouco examinada. Isto não significa que todos devam se tornar filósofos profissionais (embora não possamos deixar de esperar que alguns leitores desse livro, no fim das contas, façam essa escolha). Certamente, o desejo do filósofo de basear suas crenças em boas razões é particularmente persistente e intenso: o filósofo não preferiria estar mais certo

do que o presidente – ele preferiria estar mais certo do que qualquer coisa. Mas todos que querem garantir que suas crenças sejam bem embasadas deveriam elaborar algum pensamento filosófico sobre elas, ao menos para garantir as bases mais firmes possíveis.

O terceiro benefício que o estudo filosófico pode conferir às nossas crenças é aumentar a consistência. Porque o pensamento filosófico força cada um de nós a ver se suas crenças fundamentais nas diferentes áreas formam um todo logicamente coerente. Já encontramos... um par de crenças filosóficas que se mostram em perigo de colidir frontalmente em uma contradição. Você vai se lembrar de como descobrimos que aquele exame filosófico de uma crença sobre a cultura africana pareceu revelar um pressuposto subjacente: que cada evento ocorre sob tais condições que quando são repetidas a mesma espécie de evento deve acontecer de novo – em outras palavras: todo evento acontece de acordo com uma lei da natureza. E quando analisamos os pressupostos subjacentes do castigo, descobrimos que aqueles parecem incluir a suposição de que os seres humanos têm livre-arbítrio. Ter livre-arbítrio é ser capaz de agir de dois modos diferentes sob exatamente as mesmas condições. Mas se é sempre verdade que um homem poderia ter agido diferentemente sob as mesmas condições – i.e., que as condições não determinam completamente sua ação – então aqui está *um evento* (ou seja, a ação) que não acontece de acordo com uma lei da natureza. Talvez outro exame esclareceria as coisas, mas parece como se nós tivéssemos aqui uma contradição nas crenças. O pensamento filosófico diagnosticou isso, e outro pensamento filosófico é a única coisa que forneceria a cura.

Os três valores que citamos – clareza, razoabilidade e consistência – são valores intelectuais básicos. Mas talvez você esteja dizendo para si mesmo algo como: “Entendo que o estudo da filosofia pode me ajudar a melhorar minhas crenças, mas, no fim das contas, há mais na vida do que pensar e crer. O que mais desejo é que minha educação melhore minhas ações. Como o pensamento filosófico pode me ajudar a *viver* melhor?”

Parte de nossa resposta aqui é que devemos ter cuidado ao traçar uma linha muito nítida entre crenças e ações. Nossas crenças – incluindo crenças filosóficas – têm uma considerável influência em nossas ações. Essa influência pode ser vista diretamente em uma área da filosofia, área na qual nos preocupamos com questões de valor, mas responde a algumas outras questões filosóficas básicas que podem possuir algum poder para afetar, ainda que indiretamente, o modo que vivemos. Embora conhecer possa ser valioso por seus próprios fins, tanto quanto por suas consequências práticas, não é errado esperar que a filosofia tenha seus efeitos. Seria errado, contudo, questionar toda crença filosófica para

mostrar uma conexão simples e direta com a ação humana. Talvez a crescente valorização da importância de pesquisa básica em ciência possa fomentar uma valorização da demanda por respostas para outras questões bem fundamentais, sem insistir em resultados práticos imediatos.

Ao dizer que crenças influenciam ações, não pretendemos perder de vista os efeitos da emoção sobre a conduta humana. Emoções temporárias, como também as mais duradouras atitudes emocionais, são frequentemente poderosas o bastante para nos comportarmos de maneira contrária ao que acreditamos intelectualmente. O pensamento filosófico pode fazer muita coisa para esclarecer e harmonizar nossas crenças em todos os níveis, e fortalecer seus fundamentos. Mas o filósofo não é substituto do psiquiatra, ou dos pais e professores de nossos primeiros anos que ajudam a criar nossa estrutura emocional. Muitos filósofos ainda têm afirmado que a experiência do pensamento sobre questões filosóficas pode afetar nossas atitudes emocionais tanto quanto nossas crenças.

Quando desligamos nossas mentes dos assuntos práticos imediatos e das limitadas fronteiras dos campos particulares de especialização, experienciamos uma espécie de libertação das preocupações insignificantes e triviais. A experiência do pensamento como seres humanos que tentam entender a si mesmos e seu universo pode produzir uma serenidade e envergadura da mente que pode, com o tempo, transformar-se em atitudes duradouras.

Questões para estudo.

- 1 – De acordo com os Beardsleys, o que é uma questão filosófica?
- 2 – Construa um breve diálogo de sua preferência, como os *Diálogos I e II*, que ilustre como um problema filosófico pode ocorrer no curso de uma conversa cotidiana.
- 3 – De acordo com os Beardsleys, quais são os três principais benefícios que podem ser desenvolvidos a partir do estudo da filosofia?
- 4 – Apresente um exemplo de crença filosófica que tenha influenciado a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEARDSLEY, Monroe C. & BEARDSLEY, Elizabeth L. What is Philosophy? In: CAHN, Steven M. **Exploring Philosophy: An Introductory Anthology**. New York: Oxford University Press, pp. 3-12, 2017.

Data da submissão: 01 jul. 2024.

Data do aceite: 22 out. 2024.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).